

COP26: “Precisamos nos regenerar e regenerar o que destruímos”



Foto: Rodrigo Viellas

Com o início da 26ª Conferência das Partes da Mudança Climática das Nações Unidas (COP26) em Glasgow, Reino Unido, CIVICUS continua a entrevistar ativistas, líderes e especialistas da sociedade civil sobre os desafios ambientais que enfrentam em seus contextos, as ações que estão tomando para enfrentá-los e as represálias que enfrentam por causa de seu trabalho.

CIVICUS fala com Daniel Gutierrez Govino, fundador da Brigada de Incêndio Florestal de Alter do Chão, um grupo que atua na prevenção, combate e articulação política e social contra incêndios na floresta amazônica no estado do Pará, Brasil. Ele também é co-fundador do Instituto Aquífero Alter do Chão, instituição que promove projetos sociais na Vila de Alter do Chão, município de Santarém no Pará.

O que te levou a atuar como defensor do meio ambiente?

Eu senti a urgência de trabalhar para que o planeta ainda seja possível ao ser humano e a outras espécies. Me moveu, e até hoje me move, a possibilidade do ser humano reverter suas ações e formas de pensamento em relação ao nosso papel na natureza. Precisamos nos regenerar e regenerar o que destruímos.

Como é o trabalho da Brigada de Alter do Chão?

Desde 2017, nós atuamos na prevenção e no combate aos incêndios florestais em Alter do Chão, no município de Santarém que fica no norte do Brasil. Reunimos um grupo de comunitários voluntários que, com muita coragem, trabalhavam para proteger a biodiversidade, as pessoas de Alter do Chão e região dos incêndios florestais. Para isso, nós tivemos treinamento dos Bombeiros Militares, da Defesa Civil e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo de Belterra (SEMAT). Então atuávamos treinando novos brigadistas e promovendo a coordenação e comunicação político-social com as comunidades locais.

Que restrições você enfrentou por causa de seu ativismo ambiental?

No caso da Brigada de Alter do Chão, eu e mais três brigadistas fomos presos em 2019 sob acusações infundadas de causar incêndios numa área de proteção ambiental. Nosso trabalho foi criminalizado por ser propositivo e realmente transformador para o contexto político local. Além disso, o contexto nacional está desfavorável para a sociedade civil organizada. Nós fomos o bode expiatório dentro de uma narrativa que buscava criminalizar as organizações da sociedade civil, em um momento em que o próprio presidente do país e seus apoiadores tentavam culpar a sociedade civil pelo aumento dramático nos incêndios florestais.

Também já enfrentei resistência política local à mudança de pensamento em relação às políticas públicas vigentes no microcosmos de Santarém. O conservadorismo político e social, minam qualquer movimento para adiantar pautas progressistas. O governo, a polícia civil e a elite local rechaçam o ativismo ambiental com ataques ao nosso trabalho. Tivemos sorte e pelo nosso privilégio social estamos vivos, mas o ativista na Amazônia está sempre ameaçado de violência e morte. Não é uma região segura para quem luta por liberdade e justiça.

Que tipo de apoio vocês receberam quando foram criminalizados?

Recebemos uma onda de apoio de todo tipo quando fomos presos. Nacional e internacionalmente. Os principais foram advogados criminalistas pró bono, do Projeto Liberdade, que nos acompanham até hoje. Mas também recebemos apoio de instituições nacionais como o Projeto Saúde e Alegria e a Conectas, assim como internacionais, como a WWF Brasil, Artigo 19, Front Line Defenders e muitas outras.

Nós saímos da prisão depois de alguns dias graças à atuação dessas redes de defesa e proteção. Porém o processo criminal contra nós já dura dois anos, sem provas do que nos acusam. À nível federal, a investigação policial foi arquivada – porém as autoridades do estado do Pará insistem nas acusações contra nós. Recentemente o caso foi pedido pela esfera federal por conflito de competências, porém há meses vaga na justiça brasileira. Temos equipamentos presos até hoje. Não tenho mais esperança de justiça.

Mas acredito que a sociedade civil no Brasil está saindo fortalecida, apesar de tudo. O nosso parceiro Caetano Scannavino do Projeto Saúde e Alegria, que também atua em Alter do Chão, diz que é como um efeito boomerang. Eu acho essa avaliação genial. Eles nos atacam e esses ataques nos fortalecem.

Quais são caminhos disponíveis para que os ativistas da região que vocês atuam busquem proteção e apoio? Que tipo de apoio é necessário por parte da sociedade civil e comunidade internacional?

O principal caminho é conhecer a rede de apoio disponível e já formá-la antes de que algo ruim aconteça, articular preventivamente. Isso inclui as instituições nacionais e internacionais, como as que nos apoiaram. Mas principalmente, é crucial conhecer a rede local de apoio.

Os tipos de apoios são pontuais e dependem muito de cada região. O Brasil é continental e as necessidades do sul não são as mesmas necessidades da Amazônia, por exemplo. Além disso, não se pode nem dizer que a Amazônia é uma região, pois é, na verdade, um continente com particularidades em cada região. Mas a rede é o que vai conectar quem precisa a quem pode ajudar.

O espaço cívico no Brasil é classificado como ‘obstruído’ pelo [CIVICUS Monitor](#).

Entre em contato com a Brigada de Incêndio Florestal de Alter do Chão através de seu [site](#) ou sua página no [Facebook](#).